



GRAMPO TELEFÔNICO

Novas fitas comprovam interferência de FHC na privatização da Telebrás

Agora não são apenas suspeitas. O presidente Fernando Henrique Cardoso participou diretamente da operação destinada a favorecer o consórcio liderado pelo Banco Opportunity no leilão da Telebrás, realizado em julho de 98. A confirmação veio com a divulgação dia 25 de maio, pelo Jornal Folha de São Paulo, de 46 novas fitas com gravações de conversas telefônicas entre membros do alto escalão do governo, incluindo o presidente da República. Quem leu a transcrição das fitas - a maioria dos telefonemas gravados foram ligações do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) - não tem dúvida sobre a promiscuidade das relações entre o governo federal e a iniciativa privada. "O ex-ministro das Comunicações, Luis Carlos Mendonça de Barros aparece falando como um assessor empresarial dos consórcios e não como um coordenador de um leilão público que deve se comportar com impessoalidade", critica a deputada Luciana Genro.

Ex-diretor do BNDES é sócio do Opportunity

A Folha, que já havia denunciado a interferência de outros altos funcionários do governo, entre eles o ex-ministro das Comunicações, e o ex-presidente da BNDES, André Lara Resende, no processo de privatização da Telebrás, agora mostra que o presidente Fernando Henrique Cardoso, pessoalmente, autorizou a utilização do seu nome para pressionar o Fundo de Pensão do Banco do Brasil - Previ - a aderir ao consórcio comandado pelo Opportunity e pela empresa italiana Stet, tentando facilitar a vitória deste grupo no leilão da Tele Norte Leste. A divulgação das primeiras fitas, no final do ano passado, levou à queda de Mendonça de Barros e Lara Resende. O Opportunity tem entre seus sócios fundadores o ex-presidente do BNDES e ex-diretor do Banco Central, Pêrsio Arida, e sua mulher, a economista Elena Landau, que antes de ir para o Opportunity, coordenou, como funcionária do BNDES, todo esquema de privatização do setor de telefonia.

Argumento furado

"O novo material publicado pela Folha mostra que todo este processo foi manipulado por ministros, dirigentes de bancos oficiais e pelo próprio presidente

da República, de forma a conduzir o leilão das Teles conforme com os interesses do governo federal", concorda o deputado Dionilso Marcon. Ele também não aceita o argumento que vem sendo utilizado em defesa do governo, de que a derrota do Opportunity do leilão para compra da Tele Norte Leste comprova a inexistência de irregularidades. "É um argumento furado, pois este consórcio só foi desclassificado neste leilão, porque já havia levado a Tele Centro Sul e a lei proibia que o mesmo grupo adquirisse mais de uma Tele", explica Marcon, defendendo a abertura imediata de uma CPI para investigar o assunto. "Chega de varrer a corrupção para debaixo do tapete. Este governo está recheado de escândalos, como a Pasta Rosa, o favorecimento do PROER ao Banco Nacional - que tinha a nora do presidente como diretora - o lucro que os bancos privados tiveram com a desvalorização do real, o grampo na Polícia Federal, o grampo no BNDES e, agora, o grampo do presidente. Não dá mais para deixar a coisa desse jeito"

Crime de responsabilidade

"O governo cometeu crimes, pois infringiu a Lei dos Crimes de Responsabilidade e a Lei das Licitações", alerta deputada Luciana Genro. Esta última legislação determina pena de detenção de dois a quatro anos e multa para quem "frustar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação".

Na opinião da deputada petista, apesar da tentativa de esfriamento da CPI dos bancos, este novo escândalo servirá para mostrar que o governo, além de interferir em favor dos banqueiros, também atua nos leilões de privatizações. "No caso da Telebrás, o fato está comprovado. Nos outros casos, não podemos acusar porque não há provas, mas quantos leilões de privatizações deste governo foram fraudados como o da Telebrás?", questiona Luciana. A deputada também fez um apelo ao PMDB gaúcho e aos partidos que compõem, no Rio Grande do Sul, a base de sustentação política de FHC. "A bancada do PT faz um chamamento a estes partidos para que não se calem diante deste escândalo, apoiando o

requerimento para formação da CPI da Telebrás encaminhado pelo nosso partido".

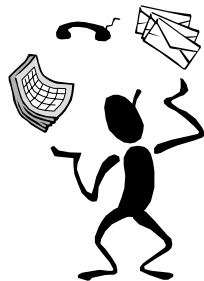
Maior negócio do mundo

A venda das Teles no Brasil foi o maior processo de privatização realizado no mundo, num montante de R\$ 85 bilhões, desde o governo Collor até agora. Independente da nossa posição contrária à entrega do patrimônio público, as revelações da última semana demonstram que esta privatização foi, além de tudo, uma enorme operação de favorecimento de grupos privados que têm ligações íntimas com o tucanato instalado no poder.

As fitas esclarecem que o governo agiu para garantir recursos financeiros e operacionais, através da intervenção do Fundo de Pensão dos funcionários do Banco do Brasil e da concessão de aval (carta de fiança) por parte do BB para que os consórcios pudessem montar a engenharia financeira necessária para a compra das Teles. Desta forma, o governo trabalhou de forma intencional, não apenas para garantir o melhor preço na privatização, como eles argumentam, mas também para definir os ganhadores dos leilões. Ao determinar quem tinha o dinheiro e os avais, o governo estabeleceu indiretamente quem teria as condições de disputar de fato os leilões. "Esta é a realidade do governo Fernando Henrique Cardoso, que a CPI dos Bancos mostrou ser defensor dos interesses dos banqueiros e dos especuladores e que fez o Brasil perder R\$ 10 bilhões no processo de desvalorização do real, entregando este dinheiro para os grandes bancos internacionais", reagiu Luciana.

CRT

Grazziotin quer ouvir direção da empresa



O deputado Roque Grazziotin encaminhou à Comissão de Serviços Públicos pedido para que a direção da CRT compareça na Assembléia para prestar esclarecimentos. Grazziotin está preocupado com o recorde de reclamações dos consumidores junto ao PROCON por diversas razões envolvendo a CRT: "São telefones instalados em locais trocados, são contas extorsivas, cobranças indevidas do telesexo, ligações internacionais de cidadãos e cidadãs que nunca fizeram estas chamadas, há demora na alteração de endereços e a total falta de diálogo com o consumidor", observa Padre Roque, lembrando que, em São Paulo, já existe uma CPI que investiga o trabalho da Telefônica, atual proprietária da companhia gaúcha.

Segundo o deputado, centenas de usuários das linhas convencionais e de celulares têm procurado o seu gabinete para formalizar denúncias. "Chegamos ao absurdo de verificarmos a conta do telefone convencional de um casal de idosos que, em um só mês, alcançou a cifra de R\$ 756,00. Este é o resultado da privatização que Britto comandou. E é só uma ponta do emaranhado que, a cada dia, assistimos se desmanchar com as denúncias que explodem no país sobre a privatização das Teles, desde o péssimo atendimento aos usuários ao envolvimento de autoridades federais, como o Presidente da República favorecendo determinadas empresas de Teles".

Todos os usuários que tiverem denúncias de irregularidades envolvendo a CRT podem encaminhar a reclamação ao gabinete do deputado Roque Grazziotin, na Assembléia Legislativa, ou à regional da serra, em Caxias do Sul. Os fones são (051) 210 27 20 ou (054) 223 39 63.

GOVERNO OLÍVIO

Oposição quer abafar realizações do Executivo

"A radicalização de segmentos da oposição não contribuiu com o debate democrático", avalia o líder do governo na Assembléia Legislativa, deputado Ronaldo Zülke. Para ele, alguns parlamentares não se conformam com a eficiência do PT - demonstrada nestes 10 anos da Administração Popular, em Porto Alegre - e temem que a aprovação das ações de um governo austero, se espraie em nível estadual. "Ao invés de considerar este fato como algo importante para o desenvolvimento democrático e contemporâneo do Estado, este segmento demonstra imaturidade e já perdeu a noção do ridículo. Nós queremos um Rio Grande melhor e é neste sentido que estamos governando".

Zülke desafia segmentos da oposição a participar do debate dos grandes temas do estado. "Na renegociação da dívida com a União, nosso governo tem lutado em âmbito nacional em defesa do pacto federativo e de um tratamento mais justo com os estados. Já obtivemos a liberação de uma parte dos recursos bloqueados e iniciamos um processo de discussão no sentido de reduzir o peso do pagamento da dívida do estado".

A redução de 27% dos Cargos em Comissão sequer foi elogiada por estes parlamentares que não querem ver consolidado o desenvolvimento de nosso Estado, lamenta Zülke. "Tampouco se manifestaram sobre as medidas do governo, que visam recuperar a arrecadação financeira do Estado. Este plano começa com a modernização, tornando mais fácil o acesso dos contribuintes aos dados da Fazenda. Além disso, temos dedicado redobrados reforços contra a guerra fiscal. Nosso governo também está regularizando a situação da CEEE, através de negociações e acordos, para que sejam pagas as dívidas históricas de prefeituras e arrozeiros".

A falta de prática com a democratização e participação popular

tem levado estes parlamentares a cometer alguns absurdos, como a falsa polêmica entre Coredes e Orçamento Participativo, exemplifica Zülke. "Nosso governo iniciou o processo de verdadeira participação popular nas decisões do orçamento. Com o OP, o conjunto da cidadania pode discutir e participar diretamente da definição das políticas a serem implementadas pelo governo do Estado", completa o deputado petista.

"Há a Constituinte Escolar, o pagamento do funcionalismo em dia, a redução da alíquota do ICMS, a ampliação do prazo para a implementação dos Emissores de Cupom Fiscal, o acordo para a viabilização do Gasoduto", só para citar algumas ações do nosso governo que não são lembradas por uma oposição que não tem demonstrado na prática sua competência enquanto legisladora.

Na área social, adiciona Zülke, encaminhamos a contratação de professores. "Sem mascarar a existência de problemas, enfrentamos de modo concreto a falta de educadores. Através de contratações emergenciais, remanejamento de professores e alterações de carga horária, estamos solucionando esta carência. E, também, regularizando o repasse do salário educação, pagando os contratos atrasados do Procred".

O deputado petista diz que agricultura é prioridade para o governo. "Portanto, apresentamos o projeto do seguro agrícola. Queremos, ainda, tornar o nosso Estado zona livre de transgênicos, estamos atendendo, emergencialmente, os municípios atingidos pela seca, vamos assentar as primeiras 800 famílias, dentro do nosso projeto da reforma agrária; temos um convênio que isenta os produtos agrícolas do ICMS e andamos em direção à moralização do Pronaf, sem falar na aplicação de um pedágio justo e outras tantas ações governamentais comprometidas com a cidadania", concluiu.

PEDIDO DE IMPEACHMENT

Pavan diz que autor da denúncia busca notoriedade pública

O líder da bancada do PT na Assembléia considera que a denúncia de crime de responsabilidade contra o governador Olívio Dutra, protocolada no Legislativo dia 25 de maio, pelo advogado Paulo Couto e Silva, é uma atitude de quem busca notoriedade pública. "Se o autor da denúncia entende que há alguma ilegalidade nos atos do governador deveria recorrer ao Poder Judiciário e não buscar, em uma eventual maioria na Assembléia Legislativa, a destituição política do governador".

Com relação aos fatos utilizados pelo advogado para embasar a denúncia - o suposto descumprimento do acordo firmado com a Ford e a renegociação da

dívida com a União - Pavan ressalta que, nos dois casos, o governo do Estado agiu em defesa do interesse público. "A renegociação de contratos é algo rotineiro que, inclusive, já tinha sido utilizada pelo governo anterior. A Ford se recusou a renegociar, mas repactuação feita com GM proporcionou aos cofres públicos uma economia de R\$ 103 milhões, além da inclusão de cláusulas garantindo, por exemplo, o emprego permanente de 1.500 trabalhadores e a realização de cursos de qualificação, financiados pela GM, que beneficiarão a totalidade das indústrias gaúchas ligadas ao setor metal-mecânico". Sobre a dívida, Pavan ressalta que o Executivo gaúcho buscou um novo

entendimento com o governo federal em função da dramática situação financeira do Estado. "Diante da intransigência da União, recorreremos ao Poder Judiciário, que acolheu nossa reivindicação, aceitando o depósito em juízo caucionado nos valores que a União deve ao Estado. Portanto, não existe nada ilegal na conduta do governo que justifique qualquer processo por crime de responsabilidade", sublinhou Ivar Pavan.

Para o líder da bancada petista, "a sociedade sabe que o governo está agindo com firmeza e seriedade para colocar ordem na casa, preservando o dinheiro do povo gaúcho". Quanto ao Orçamento

Participativo – outro argumento do advogado Paulo Couto e Silva para processar o governador – Pavan esclarece que Olívio Dutra está colocando em prática uma das principais propostas do programa de governo aprovado pela população nas eleições passadas. O petista acredita que o autor da denúncia encontrará respaldo somente em alguns setores da oposição, que ainda não assimilaram o resultado das urnas e não admitem que há um novo governo e um novo projeto político em implantação no Estado. Ele argumenta ainda que um processo de impedimento só se justifica quando há irregularidade comprovada e não por divergências políticas, como pretende a ação protocolada na Assembléia Legislativa.

BENEFÍCIOS FISCAIS

Projeto de Schmidt reduz ICMS de produtos reciclados

A economia e o meio-ambiente do Rio Grande do Sul poderão ser beneficiados através do projeto de lei protocolado pelo deputado Luis Fernando Schmidt. Ele prevê incentivos para as empresas que utilizarem matéria-prima elaborada a partir de dejetos poluentes no processo produtivo, através de descontos no recolhimento de ICMS.

De acordo com o projeto, os produtos que atestarem o uso de até 20% de matéria-prima obtida da reciclagem de dejetos poluentes na composição final terão 20% de desconto no recolhimento de ICMS. O desconto aumenta para 50% para produtos que atestarem a utilização de 20 a 50% de material reciclado em sua composição e 100% para produtos que empregarem mais de 50% de dejetos.

Para ter acesso aos benefícios previstos na lei, as empresas terão que providenciar o registro dos produtos junto à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, que expedirá um certificado atestando o uso de matéria-prima através da reciclagem de dejetos poluentes, previamente classificados.

Os subprodutos obtidos a partir do processo produtivo de grandes empresas (dejetos sólidos, líquidos ou gasosos), na sua maior parte, não têm utilização econômica subsequente, sendo lançados rotineiramente no meio-ambiente e causando danos aos recursos naturais. Muitos destes materiais, embora já possam ser reutilizados através de tecnologias específicas de reciclagem, não são aproveitados em função dos altos custos de produção, incluindo o valor dos impostos.

O deputado defende que a concessão de incentivos neste caso, já que viabilizaria mais um segmento da atividade econômica, com reflexos altamente positivos para o meio-ambiente e geração de novas tecnologias, produtos e empregos.

PLANO VIÁRIO

Governo anuncia continuidade de obras em todo o Estado

O governador Olívio Dutra lançou na última quarta-feira, dia 26 de maio, o Plano de Obras Rodoviárias para 1999, que prevê o investimento de R\$ 299 milhões na construção e recuperação das estradas gaúchas. O Plano engloba 119 frentes de trabalho em 148 municípios, gerando 15 mil empregos. O Executivo priorizou as obras regionais da rede viária estrutural do Estado, aquelas que estão em fase adiantada, as estradas pelas quais escoam a produção e obras que garantam segurança à trafegabilidade. Além disso, foram asseguradas as obras aprovadas na Consulta Popular.

Segundo o líder do governo, Ronaldo Zülke, dos R\$ 299 milhões, R\$ 191 milhões são recursos próprios do Estado e R\$ 108 milhões são provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial. “Este volume é superior ao que foi aplicado em rodovias nos dois primeiros anos do governo anterior e maior do que a média histórica do setor nos primeiros

Cecilia Hypolito destaca dimensão social da RST-101

A deputada Cecilia Hypolito, vice-líder do governo na Assembléia Legislativa, destacou a dimensão social da conclusão da RST-101, a chamada “Estrada do Inferno”, entre os municípios de Tavares e Mostardas, que será realizada pelo governo do Estado. “Estou muito satisfeita porque esta obra, que representa segurança e saúde, é essencial para a população da região, tanto que é uma prioridade apontada pela comunidade”, declarou a deputada petista.

Para Cecilia, a iniciativa do governo popular demonstra compromisso com os anseios da sociedade. Ela revelou que os

anos de todos os governos passados.”

O parlamentar explica também que, do total de recursos previstos, R\$ 50 milhões serão destinados ao pagamento de dívidas deixadas pelo governo Britto. “Este desembolso fará com que o Executivo realize menos do que poderia”, enfatiza. Conforme o petista, o Estado vai aplicar ainda R\$ 11,6 milhões em programas de segurança, através da sinalização de mais de mil quilômetros e ampliação do programa de controladores eletrônicos de velocidade.

O parlamentar lembra que, quando assumiu, o atual governo encontrou 474 contratos firmados, envolvendo R\$ 1,4 bilhão a serem desembolsados em um prazo médio de dois anos. “Com seu orçamento atual, o Estado necessitaria de pelo menos 12 anos para executar esta quantidade de projetos. Além disso, há uma herança de dívidas nesta área que chega a R\$ 110 milhões, mas que será reduzida em 50% neste ano”, conclui.

prefeitos dos dois municípios elogiaram o laudo técnico da Fepam (Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente) e a vontade política do governo em cumprir uma dívida de sucessivas administrações com a região. “A construção desta estrada estava prevista – e com um prazo de três anos – nas Disposições Transitórias da Constituição Estadual de 1989. Portanto, deveria ter sido concluída em 1992”, explica. Cecilia se declarou honrada por pertencer a um governo que está resgatando uma reivindicação histórica deste porte, que contribui para a qualidade de vida da população e para o desenvolvimento da região.

DIREITOS HUMANOS

Comissão discute saúde mental

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia decidiu, na audiência pública realizada dia 26/05, convidar o Poder Judiciário para visitar o Instituto Psiquiátrico Forense, a fim de conhecer a realidade dos internos. E pretende discutir a luta antimanicomial com a OAB, Ministério Público e Judiciário. “Queremos aprofundar este debate com todos aqueles que tratam de processos de pessoas com sofrimento psíquico”, adiantou a presidente da CCDH, deputada Maria do Rosário. A CCDH também defende a manutenção da Comissão Nacional da Reforma Psiquiátrica, encarregada de acompanhar a transformação do modelo de atendimento à saúde mental.

Maria do Rosário explicou que a assistência em saúde mental abrange não só a área psiquiátrica, mas também a

médica, odontológica, social, jurídica, de reabilitação, educação e garantia de trabalho. Para ela, a atenção em saúde mental não deve ser realizada em manicômios, mas em serviços abertos, como hospitais gerais, centros e núcleos de atenção psicossocial, lares e pensões protegidas. “Os portadores de doenças psíquicas devem ser tratados como cidadãos e ter seus direitos humanos respeitados”, avalia a parlamentar, condenando o uso de camisa de força, psicocirurgia, insulino-terapia, esterilização involuntária, cela forte e todas as ações de violência. O direitos à medicação, ao transporte, à moradia e inserção social, à manifestação artística e ao trabalho integram os compromissos da CCDH com esta população.

Durante a audiência, a assistente social Miriam Dias apresentou a política de

saúde mental, da Secretaria Estadual de Saúde. “Estamos trabalhando com as 19 regionais de saúde do estado com o objetivo de contemplar a todos na rede integral de atenção à saúde, mas nosso grande desafio é a mudança de mentalidade da sociedade acerca da doença mental e seu tratamento”. Segundo Miriam, mais de 200 municípios gaúchos têm serviços de atenção à saúde mental, sendo que o estado conta com sete hospitais psiquiátricos. Para ela, a questão do número de leitos psiquiátricos em hospitais gerais continua sendo um problema crucial. “A doença mental não pode isolar o paciente. Este deve ser atendido num hospital geral, como as demais enfermidades”, defende Miriam Dias..

AUTOCONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA

Áprovado projeto que garante ressarcimento de parte das perdas da Lei Kandir

O projeto de lei do Executivo, autorizando convênio entre o Ministério da Fazenda e a Secretaria Estadual da Fazenda para viabilizar o ressarcimento de parte das perdas ocasionadas pela Lei Kandir, foi votado dia 28 de maio, durante uma autoconvocação da Assembléia, a primeira nesta legislatura. A autoconvocação foi garantida através de acordo entre as bancadas de oposição e situação, em função do prazo estipulado pela União para a formalização do convênio, que expirava dia 31 de maio.

Conforme o deputado Paulo Pimenta,

presidente da Comissão de Finanças da Assembléia, as perdas provocadas pela Lei Kandir ao Rio Grande do Sul são superiores a um bilhão de reais, sendo que este projeto permitirá a compensação de R\$ 98 milhões. “O ressarcimento de parte das perdas é resultado da pressão dos governadores, principalmente da oposição e, apesar da timidez da iniciativa do governo federal, considerando os valores devidos aos estados e os que serão efetivamente liberados, a antecipação da compensação da perdas é uma vitória”, comentou Pimenta.

CPI DO PÓLO AUTOMOTIVO

Bohn Gass e Pimenta representarão bancada petista

A bancada do PT definiu os nomes que irão integrar a CPI do Pólo Automotivo. Elvino Bohn Gass e Paulo Pimenta serão os titulares da comissão. Para a suplência, foram indicados os líderes da bancada, Ivar Pavan, e do governo, Ronaldo Zulke.

O deputado Elvino Bohn Gass afirma que o governo nada tem a temer com a CPI. “A população sabe que agimos na defesa do interesse público.” Segundo Bohn Gass, a má utilização de recursos públicos, que ficou evidente na prestação de contas da multinacional, é que deve ser objeto de uma investigação rigorosa. “Esperamos que a CPI esclareça os pontos obscuros na prestação de contas dos R\$ 42 milhões repassados pelo Estado à empresa para obras de infra-estrutura, mas que foram usados também na compra de roupas, promoção de festas e viagens de executivos, acompanhados das esposas, para o exterior.”

O deputado Paulo Pimenta espera que a CPI atue no sentido de defender os interesses do Estado, não transformando o parlamento em uma banca de advogados da Ford. “Esperamos que a CPI funcione de maneira isenta, checando a forma como o governo anterior conduziu as tratativas com a multinacional e, sobretudo, a forma descontrolada com que os recursos públicos foram gastos pela montadora”, afirma o parlamentar, referindo-se à prestação de contas apresentada pela Ford.

MEIO-AMBIENTE

Secretário apresentará planos na Assembléia

A pedido da deputada Cecilia Hypolito, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente decidiu convidar o presidente da Fepam, Cláudio Langoni, para visitar a Assembléia e divulgar as metas da futura Secretaria Estadual do Meio Ambiente, que será criada pelo governo do Estado. O encontro deverá ocorrer no início de junho, assinalando a Semana do Meio Ambiente.

FÓRUM DEMOCRÁTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Edson Portilho destaca sucesso do Orçamento Participativo

Durante a etapa do Fórum Democrático de Desenvolvimento, ocorrida dia 27 de maio, em Feliz, reunindo os COREDES das regiões da Serra, Vale do Caí, Hortênsias e Vale do Taquari, o deputado Edson Portilho confirmou que o Orçamento Participativo vai analisar a integralidade do orçamento do Estado, inclusive a folha de pagamento. O parlamentar defendeu o decreto do Executivo determinando que 100% dos recursos públicos sejam submetidos à apreciação da população, afirmando que o governo Olívio Dutra está implantando uma “nova cultura democrática no Rio Grande do Sul”. Portilho destacou que o Executivo não abre mão da participação da população no debate e decisão sobre as prioridades que devem ser executadas pelo governo. “A presença do povo na elaboração do orçamento público é extremamente positiva, pois o Poder Público se aproxima verdadeiramente das comunidades, tornando-se mais eficiente”.

O deputado comemorou o sucesso das assembleias do Orçamento Participativo que, segundo ele, reuniram mais de 150 mil pessoas nesta primeira fase do processo. “É a primeira vez na história do estado que milhares de cidadãos têm a oportunidade de participar da elaboração do orçamento estadual e a grande presença registrada nas assembleias realizadas em todos os 467 municípios do Rio Grande do Sul mostra que os gaúchos estão ansiosos por este diálogo com o governo”. Edson Portilho ainda ressaltou que o Plano

Plurianual elaborado pelo Executivo atende, em parte ou integralmente, as reivindicações dos Coredes – Conselhos Regionais de Desenvolvimento - nas diversas regiões no Estado e mandou um recado para os críticos do Orçamento Participativo: “Este instrumento resgata a cidadania de todos que foram, deliberadamente, excluídos pelos governos anteriores. No Orçamento Participativo irão emergir não só os problemas e as reivindicações, mas as soluções para as comunidades. É uma instância de intervenção direta para todo e qualquer cidadão. Quem critica este método, não aceita, não quer e não gosta da participação do povo na definição das obras, investimentos e serviços prioritários”.

Meu caro amigo Nando

Faleceu no dia 27 de maio o jornalista, cantor e compositor Nando D'ávila. Natural de São Leopoldo, Nando integrou a vanguarda musical gaúcha do final da década de 70. Suas principais composições *Água Benta* e *Como um Relâmpago no Céu* foram gravadas em 1988 na coletânea *Paralelo 30*. O jornalista trabalhou no Grupo Editorial Sinos, Correio do Povo, revista Veja e em publicações ecológicas. Atualmente, estava licenciado da assessoria de imprensa do líder do governo, Ronaldo Zulke, em função da doença. Em homenagem ao amigo, Zülke fez a seguinte manifestação: “Não posso imaginar, a vida sem os amigos. Falo daqueles companheiros com quem compartilhamos sonhos desde muito longe. Aqueles com quem rimos, com quem festejamos, com quem dividimos a esperança de um mundo melhor. É para isso que vivemos. E tu meu caro amigo, foi uma dessas peças raras. Alguém que só se pode lembrar com alegria. Partistes tão cedo, tão jovem, no meio desta, que deveria ser uma longa caminhada. Sem dizer adeus, continuarei o percurso, como muitos outros companheiros, levando em meu peito a certeza de que os amigos são a maior relíquia que a vida pode nos deixar”.

Secretário revela que contratação da Cooperativa de Vídeo proporcionou economia de R\$ 22 mil ao Estado

No último dia 31 de maio, o secretário de Comunicação do Estado, Guaracy Cunha, participou da audiência pública promovida pela Comissão de Serviços Públicos da Assembléia, onde explicou aos parlamentares os motivos da contratação da Cooperativa de Produção e Edição de Vídeo (Cooedição) pelo governo estadual. Guaracy Cunha observou que, ao assumir a chefia de comunicação do Executivo, constatou que o serviço de produção de reais eletrônicos – gravação de entrevistas e atividades em vídeo do governador e membros do primeiro escalão – não era disponibilizado pela assessoria de imprensa do Palácio Piratini, mas contratado de terceiros. “No governo anterior, a SL&M Propaganda, uma das agências que atendia o Executivo, contratou a empresa Prisma Produções de Vídeo para realizar esta tarefa. A terceirização deste trabalho, incluindo a taxa cobrada pela agência, custava aos cofres públicos R\$ 50 mil ao mês. Como o contrato com a agência encerrou dia 31 de dezembro do ano passado, tínhamos duas opções: prorrogar o contrato anterior ou contratar, emergencialmente, outra empresa prestadora de serviços nesta área. Escolhemos a segunda hipótese porque, entre outros motivos, consideramos o valor cobrado pela agência que trabalhava para a administração passada excessivamente alto”.

Conforme o secretário, a contratação da Cooedição obedeceu a todos os ritos legais necessários. Primeiramente, foi encaminhado à Central de Licitações – Celic, a solicitação para abertura de procedimento de contratação em caráter emergencial, através de dispensa de licitação. “Três empresas foram convidadas a participar deste processo, sendo que somente a Cooperativa se habilitou, sendo considerada vencedora. Mesmo que a dispensa de licitação se justificasse pelo caráter emergencial da contratação e pelos valores envolvidos, resolvemos fazer uma nova seleção, desta vez por Tomada de Preços, publicada no Diário Oficial e no jornal Zero Hora.

Novamente a Cooperativa foi a vencedora”, esclareceu Guaracy Cunha. Segundo ele, a contratação da empresa proporcionou uma economia aos cofres públicos de R\$ 22 mil, pois Cooperativa cobra R\$ 28 mil pelo serviço, enquanto que o custo com a Prisma e a SL&M era de R\$ 50 mil. “É por fazer esta economia que estou sendo chamado de anti-ético?”, interrogou o secretário.

Procuradoria dá aval

O líder do governo na Assembléia, Ronaldo Zülke, destaca que, na condição de ex-presidente da empresa ganhadora - desligou-se em 12 de dezembro último - Guaracy Cunha requisitou parecer da Procuradoria Geral do Estado sobre a possibilidade de algum impedimento legal ou constitucional da contratação da Cooperativa de Produção e Edição de Vídeo pelo Executivo. “O documento expedido pela Procuradoria declara a ausência de qualquer impedimento para celebração do contrato entre a empresa e o Estado”, revela Zülke. Segundo ele, em nenhum momento este procedimento fere o artigo 87 da Constituição do Estado, que arrola as proibições impostas aos secretários de Estado. “A Procuradoria Geral do Estado também fez um estudo criterioso de todo processo e concluiu que a Celic instaurou um verdadeiro certame para contratar a empresa que prestaria serviços de vídeo para o Estado, analisando documentos da habilitação, propostas e o julgamento destas, concluindo que a contratação poderia ser efetivada, pois atendia às exigências da administração pública, não ferindo nenhum dispositivo legal ou moral”, sublinhou Zülke.

Cooperativa presta serviços para diversos segmentos

Guaracy Cunha também afirmou que a Cooperativa de Vídeo atua no mercado há bastante tempo e tem seu trabalho reconhecido por diversos setores com os quais já trabalhou, entre eles a Assembléia

Legislativa, a TVE, o PPB, empresas privadas e sindicatos. “Não é verdade que esta empresa só trabalhe com o PT, sua lista de clientes é bem mais extensa, pois a Cooedição é uma das poucas empresas do setor no Rio Grande do Sul que atua na produção e finalização em vídeo, utilizando tecnologia de ponta e equipamentos de última geração”. De acordo com ele, este foi um dos motivos que levou à contratação da Cooperativa pelo governo. “As outras empresas não responderam ao convite porque não têm condições técnicas, ou não estão com as obrigações legais em dia – o que impede uma contratação pública – ou simplesmente porque não têm interesse. Além disso, não podemos esquecer o preço, que era quase a metade do que estava sendo gasto até dezembro do ano passado.”

Denúncia Vazia

O deputado Roque Grazziotin, representante do PT na Comissão de Serviços Públicos, acredita que o secretário de Comunicação esclareceu todos os procedimentos que, opinião do petista, “foram realizados com absoluta correção e de acordo com as leis em vigor”. Ele atribuiu as críticas da oposição “à sanha denunciante de alguns parlamentares contrários à política do governo, que tem ultrapassado todos os limites aceitáveis”. “Um dia manipularam os números para dizer que o ICMS estava em queda, outro dia inventaram perseguição política na Brigada Militar, depois proclamaram o caos na educação e na saúde e a paralisação das obras. Tentaram criar uma crise entre os Coredes e o Orçamento Participativo. Acusaram o Plano Plurianual do governo de inconsistente. Culparam o governo pela desistência da Ford e nos acusaram de não cumprir a consulta popular. Tudo isto já foi motivo de denúncias vazias, formuladas com o objetivo de desgastar o governo e ocupar espaços na mídia. O depoimento tranqüilo do secretário mostrou que esta foi mais uma denúncia inconsistente”.

MST concorre a prêmio internacional

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra está concorrendo a um prêmio internacional promovido pela Building and Social Housing Foundation, entidade que trabalha com assentamentos humanos. A Secretaria Nacional do MST nomeou o assentamento 30 de Maio, localizado no município de Charqueadas, para concorrer a este prêmio, que tem um valor de US\$ 10.000,00. A área foi escolhida porque se constitui em um grande exemplo da importância e da eficiência da Reforma Agrária. O que antes era terra improdutiva, destinada a ser uma colônia penal agrícola, hoje abriga 30 famílias que produzem 15 mil sacas de

arroz, 2.800 de milho, 340 de feijão e 210 toneladas de produtos hortigranjeiros por ano, carne suína e bovina, além de 15 mil litros de leite e 13 mil dúzias de ovos por mês.

Este assentamento é um modelo de Reforma Agrária bem sucedida, com as famílias produzindo coletivamente e construindo toda uma infra-estrutura que permite uma vida digna para quase 100 pessoas. O deputado Dionilso Marcon pede o apoio das entidades para indicação do assentamento 30 de maio para a premiação, enviando o seu apoio através do e-mail “BHSF@compuserve.com. “Os

recursos do prêmio, em caso de vitória, serão destinados à construção da Escola Nacional do MST, contribuindo assim para a continuidade da nossa luta”.

EXPEDIENTE

Coordenação: Tarson Núñez, Paulo Müzzell de Oliveira, Ricardo Fröhlich

Edição: Luciane Fagundes, Luiz Carlos Barbosa, Olga Arnt e Stella Máris Valenzuela